

<https://doi.org/10.26512/pl.v10i21.40781>

Artigo recebido em: 30/06/2021

Artigo aprovado em: 26/12/2021

Artigo publicado em: 12/01/2022

A DIALÉTICA DOS TÓPICOS DE ARISTÓTELES

THE DIALECTIC OF ARISTOTLE'S TOPICS

Cristiane Szynwelski¹

(cristianeszy@gmail.com)

Resumo: Este artigo contém um esboço da dialética dos *Tópicos* de Aristóteles e explicações sobre algumas passagens da obra, como uma propedêutica à sua leitura. A primeira seção contém uma síntese sobre o problema da definição da dialética aristotélica e explica que sua solução demanda uma pesquisa além dos *Tópicos*. A segunda e terceira seções mostram o que é possível se conhecer sobre a dialética com o estudo dessa obra: uma técnica de raciocínio conforme é aplicada ao treinamento acadêmico e também, em certa medida, às disputas dialéticas da antiga Grécia. O artigo também chama a atenção para vários detalhes e diferenças a respeito da contextualização de passagens dos *Tópicos*, o que serve para prevenir erros de interpretação.

Palavras-chave: Tópicos. Dialética. Aristóteles.

Abstract: This article contains an outline of the dialectic of Aristotle's *Topics* and explanations of some passages in the work, as a propaedeutical for its reading. The first section contains a summary of the problem of the definition of the Aristotelian dialectic and explains that its solution demands a research beyond the *Topics*. The second and third sections show what is possible to know about dialectic from the study of this work: a technique of reasoning as it is applied to academic training and also, to some extent, to the dialectical disputes of ancient Greece. The article also draws attention to several details and differences regarding the contextualization of *Topics* passages, which serve to prevent misinterpretation.

Keywords: *Topics*. Dialectic. Aristotle.

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo, neste artigo, é mostrar um esboço, com exemplos, da dialética conforme ela aparece na obra *Tópicos*, de Aristóteles. Esse esboço não caracteriza o emprego da dialética, ou seja, dessa técnica de raciocínio, na obra do Estagirita em sua totalidade. Pelo contrário, as

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5016004405437450>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3723-2596>.



noções que apresentaremos tornam possível entender, previamente à leitura dos *Tópicos*, que há limites no que essa obra oferece para a compreensão da dialética aristotélica como um todo. Uma compreensão prévia desses limites e uma noção a respeito das finalidades do tratado e dos contextos aos quais os seus exemplos se aplicam ajudam a evitar erros de interpretação, sobretudo por generalizações precipitadas, por parte de quem, sabendo que o tratado é um dos mais representativos para o estudo da dialética aristotélica, inicia a leitura de seus textos.

Organizaremos a apresentação dos conteúdos em três partes: uma breve discussão sobre o que é a dialética aristotélica, seguida de uma noção geral sobre as três utilidades do conhecimento sistematizado da dialética apresentado nos *Tópicos* de Aristóteles e, por fim, sobre os seus principais instrumentos. O artigo serve como uma propedêutica ao estudo dos *Tópicos*, mas também contém argumentos para discutir a definição da dialética do Estagirita.

1 O PROBLEMA DA DEFINIÇÃO DA DIALÉTICA ARISTOTÉLICA

A obra mais significativa para o estudo da dialética em Aristóteles são os *Tópicos*, um dos tratados que compõem o *Órganon*, coleção dos textos aristotélicos sobre o saber instrumental a partir do qual se desenvolveu o que hoje chamamos de lógica. Os *Tópicos* iniciam com a seguinte frase:

Nosso tratado se propõe encontrar um método (μέθοδος) de investigação graças ao qual possamos raciocinar, partindo de opiniões geralmente aceitas (ἐξ ἑνδοξῶν), sobre qualquer problema que nos seja proposto, e sejamos também capazes, quando replicamos a um argumento, de evitar dizer alguma coisa que nos cause embaraços (μηθὲν ἐροῦμεν ὑπεναντίον) (ARISTÓTELES, *Tópicos* I, 1 100a 18-25).²

A frase começa com a declaração de que a obra tem o objetivo de encontrar um método. Porém, como Aristóteles introduz o tratado sem dar a sua definição de dialética, os intérpretes, tradicionalmente, utilizam essa passagem sobre o objetivo como base para definir a dialética como um método de discutir a partir de opiniões geralmente aceitas, ou de construir argumentos a partir de opiniões geralmente aceitas. Essa definição encontra apoio no parágrafo seguinte a

² Consideramos que a melhor tradução, para o final da passagem, seria: “evitar dizer alguma coisa inconsistente”. *Tóp.* I, 1 100a 18-25. ARISTÓTELES. *Tóp. Dos arg... Op. cit.*, p. 5.



essa passagem citada, no qual o Estagirita faz uma distinção entre os raciocínios³ demonstrativos e os dialéticos. Os primeiros são definidos como os que partem de premissas primeiras e verdadeiras, ou do conhecimento obtido a partir delas. Os segundos, os raciocínios dialéticos, são os que partem de opiniões geralmente aceitas. As opiniões geralmente aceitas (ἐνδοξα) são definidas como: “aquelas que todo mundo admite, ou a maioria das pessoas, ou os filósofos – em outras palavras: todos, ou a maioria, ou os mais notáveis e eminentes.”(ARISTÓTELES, *Tópicos* I, 1 100a 25-100b 23).⁴

É a definição de raciocínio dialético, ou argumento dialético, que é dada por Aristóteles, o que os intérpretes tradicionalmente estendem para a própria dialética em si, fazendo uma associação da definição do argumento dialético com o método para raciocinar mencionado na primeira frase dos *Tópicos*, que está na passagem que citamos.⁵ Então a dialética é geralmente entendida como um método de raciocinar, ou de construir deduções, ou de discutir a partir de opiniões geralmente aceitas.

Porém, essa definição de dialética encontra um obstáculo alguns parágrafos depois, no próximo capítulo do livro, sobre as finalidades para as quais os *Tópicos* são úteis, as quais são: o treinamento do intelecto (γυμνασία), os encontros, ou disputas casuais (ἐντευξίς) e as ciências filosóficas (φιλοσοφίαν ἐπιστήμας).⁶ O obstáculo a que nos referimos está na utilidade dos *Tópicos*, ou da dialética, para as ciências filosóficas.⁷ Quem está familiarizado com a epistemologia de Aristóteles sabe que, para esse filósofo, não é possível que a ciência, o método seguro sobre as coisas necessárias e eternas, se fundamente na opinião, que é precária e sujeita ao erro (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco* VI, 3 15-35). E o texto dos *Tópicos* contém a palavra “dialética” na passagem sobre a utilidade do tratado nas ciências filosóficas, ou seja, diz que há, nas ciências filosóficas, uma função para a dialética ou metodologia sistematizada nos *Tópicos*.⁸ Aplicando, à leitura dessa parte, essa definição geralmente adotada de dialética,

³ “Raciocínios”, ou “silogismos”, ou “argumentos” são os termos utilizados para o termo original grego συλλογισμός.

⁴ Destacamos que não são opiniões individuais, ou opiniões quaisquer. São as opiniões de prestígio, aceitas por todas ou pela maioria das pessoas, ou pelos sábios.

⁵ Geralmente os intérpretes não expressam, de modo claro e direto, essa associação entre a definição de argumento dialético com a definição de dialética, mas a fazem de modo impreciso, no contexto de suas explicações. Berti é um autor que afirma claramente essa associação. Citamos aqui: “O significado preciso dos *éndoxa* é esclarecido por Aristóteles logo após a *definição* de dialética, quando ele distingue o silogismo dialético do científico, isto é, demonstrativo (Grifo nosso. BERTI, 1998, p. 23).

⁶ *Tóp.* I, 2 101a25-101b5.

⁷ Utilizamos, como equivalentes, os termos “*Tópicos*” e “a dialética sistematizada nos *Tópicos*”, pois o segundo é o conteúdo da obra de nome *Tópicos*.

⁸ É a seguinte passagem dos *Tópicos*: “Para o estudo das ciências filosóficas (φιλοσοφίαν ἐπιστήμας) (este tratado) é útil porque a capacidade de suscitar dificuldades significativas (διαπορῆσαι) sobre ambas as faces de um assunto nos permitirá detectar mais facilmente a verdade e o erro (τάληθές τε



se deduz que a opinião participa das ciências filosóficas, e isso é um problema epistemológico, pois contradiz a posição de Aristóteles, de que opinião não se confunde com ciência ou filosofia. Como, nos *Tópicos*, não há explicações ou exemplos sobre essa utilidade nas ciências filosóficas, é necessário estender a investigação desse tema para outras obras desse filósofo.

Essa questão sobre a dialética nas ciências filosóficas é complexa e tem ocupado vários intérpretes da dialética aristotélica (PEREIRA, 2001). Em nossa pesquisa de doutorado, em andamento, trabalhamos para oferecer, como solução a essa aporia, a definição de dialética como uma técnica de raciocínio ou método de discutir (διαλέγεσθαι), um instrumento independente de qual seja o seu objeto: a opinião ou a ciência em sentido amplo ou estrito. Assim, acreditamos que o problema se resolve. Argumentamos dizendo que Aristóteles apenas anuncia o objetivo da obra na primeira frase dos *Tópicos*, pois ele sistematiza, e não define, nessa obra, a dialética por ela se tratar de uma técnica consolidada: seu surgimento foi associado a Zenão de Eléia (DIÓGENES LAÉRCIO, I.18.), e essa arte teve Sócrates, o mestre do *elenchos*, como um de seus expoentes. Aristóteles, então, usa o termo “dialética” como algo bastante conhecido. Neste artigo, porém, mencionamos a questão apenas de modo mínimo para os nossos objetivos nesse trabalho. E um dos objetivos é explicar que, partindo ou não da opinião, o que é um problema a ser investigado, a dialética é uma técnica de discutir, e os *Tópicos* mostram o emprego dessa técnica. Assim nós esclarecemos o título deste artigo: a dialética dos *Tópicos* de Aristóteles, ou seja, o que é possível ver, sobre a dialética aristotélica, nos *Tópicos*. A compreensão do papel da dialética nas ciências filosóficas requer um estudo além desse tratado. Mas as suas ferramentas podem ser conhecidas nele, especialmente como são usadas no treinamento e, em certa medida, nas disputas, como mostraremos na seção seguinte.

Aristóteles não definiu a dialética, mas fez alguns comentários sobre quem é o dialético, o que é muito útil para esse estudo. No último capítulo dos *Tópicos*, o dialético é mencionado como um homem hábil em propor questões e levantar objeções (ARISTÓTELES, *Tópicos* VIII, 14 164b 3), nos *Argumentos Sofísticos*, é mencionado como alguém que examina as questões com uma técnica de raciocínio (τέχνη συλλογιστική) e desempenha a refutação (ἐλεγχος) com

και τὸ ψεῦδος) nos diversos pontos e questões que surgirem. Tem ainda utilidade em relação às bases últimas dos princípios usados nas diversas ciências (ἐκάστην ἐπιστήμην ἀρχῶν), pois é completamente impossível discuti-los a partir dos princípios peculiares à ciência particular que temos diante de nós, visto que os princípios são anteriores a tudo mais; é à luz das opiniões geralmente aceitas (ἐνδοξον) sobre as questões particulares que eles devem ser discutidos, e essa tarefa compete propriamente, ou mais apropriadamente, à *dialética*, pois esta é um processo de crítica que conduz aos princípios de todas as investigações.”(Grifo nosso. ARISTÓTELES, *Tópicos*, I, 2 101a 35-101b 5.)



técnica (ἐντέχνως), em contraste o amador, que também faz uso da dialética, da arte do exame (πειραστική) e da refutação, porém sem técnica (ἀτέχνως) (ARISTÓTELES, *Argumentos Sofísticos*, 11 172a 33-38).

Em nossa interpretação da dialética, em síntese, para diferenciar as capacidades do dialético e do filósofo, distinguimos: o filósofo, o qual, nas ciências filosóficas, pode utilizar a técnica de raciocínio que o dialético domina. E o dialético, aquele que, não sabendo filosofia, emprega a dialética apenas para discutir opiniões geralmente aceitas.

2 AS UTILIDADES DOS TÓPICOS

Agora traremos de algumas noções sobre como funciona a dialética no treinamento e no debate competitivo. Diógenes Laércio, biógrafo dos antigos filósofos gregos, comenta as práticas de Aristóteles no Liceu: “O filósofo ensinava seus discípulos a se exercitarem sobre um tema proposto, e ao mesmo tempo os preparava para os debates oratórios” (LAËRTIO, 1988 p. 129). Alexandre de Afrodísias, comentador de Aristóteles do séc. III d.C., explica que esse treinamento não era apenas um treino de debates, mas servia para estimular o desenvolvimento intelectual do aluno. Era um treino do intelecto, um costume dos filósofos antigos, que ensinavam, não com base em livros, mas colocavam uma tese para o aluno atacar, defender ou refutar, com base nas ideias aceitas, vendo os dois lados de uma questão. (ALEXANDRE DE AFRODÍSIAS, 2001, p. 30-31). A leitura dos *Tópicos* confirma os comentários desses dois autores. Iniciamos com a citação de uma passagem do final da obra, na qual o Estagirita organiza os seus últimos conselhos, referindo-se aos exercícios de argumentação que propõe nos livros anteriores:

E também, de um modo geral, é muito recomendável que, partindo de nossos *exercícios de argumentação*, procuremos estabelecer ou um silogismo sobre um tema qualquer, uma refutação, uma proposição, uma objeção, ou se alguém formulou uma questão de maneira adequada ou inadequada (quer esse alguém seja nós mesmos, quer um outro), e onde reside o motivo disso (Grifo nosso. ARISTÓTELES, *Tópicos* VIII, 14 164a 18-20).



Agonística, na antiga Grécia, refere-se, genericamente, à arte das lutas corporais e aos debates, ou disputas orais.⁹ Isso fazia parte da cultura grega da época.¹⁰ Traremos algumas amostras dos *Tópicos* nas quais é possível identificar elementos de disputa oral e de ensino preparatório à filosofia. Assim podemos vislumbrar a utilidade, no treinamento e nas disputas, da arte sistematizada na obra de Aristóteles.

Há um capítulo muito interessante para a observação da situação de confronto, na qual Aristóteles se coloca como um típico treinador. A passagem é longa, mas diz respeito a uma situação prática e combina muitos elementos a serem analisados. Para fins deste artigo, julgamos conveniente iniciar com uma referência à prática, para o leitor associar, de forma mais rápida, os conceitos a uma imagem. Citaremos algumas partes e acrescentaremos explicações. O capítulo 5 do livro II dos *Tópicos* começa assim:

Existe, além disso, o desvio sofístico do argumento (σοφιστικὸς τρόπος), mediante o qual levamos nosso adversário a fazer a espécie de afirmação contra a qual estamos bem providos de linhas de argumentação. Esse procedimento é por vezes uma necessidade real, outras vezes uma necessidade aparente e outras, ainda, não é uma necessidade em absoluto, nem aparente, nem real. É realmente necessário sempre que o que responde tenha negado algum ponto de vista que seja útil no ataque à tese, e o que pergunta dirige então os seus argumentos no sentido de apoiar o seu ponto de vista, sendo este um daqueles sobre os quais ele está bem provido de tópicos (ARISTÓTELES, *Tópicos* II, 5 111b 31-39).

Nesse trecho é possível vislumbrar os dois debatedores participantes da disputa dialética: o questionador e o respondedor. O debate se organiza da seguinte forma: escolhida uma tese, que será o objeto do debate, um dos participantes, que é o respondedor, atua em defesa dessa tese. O outro participante, que é o questionador, faz perguntas para o responsável pela defesa, com o objetivo de obter respostas que, em uma cadeia dedutiva, levam à negação da tese defendida. Faz parte das regras do debate, assim como em um jogo de xadrez, tentar dissimular as “jogadas”, ou seja, as sequências de silogismos que se seguirão até a conclusão desejada por quem pergunta. As respostas devem ser “sim” ou “não” (SZYNWELSKI, 2018, p. 59-60).

De início, no exemplo acima, Aristóteles aponta para a hipótese de se conduzir a discussão para um ponto a respeito do qual o debatedor está mais provido de argumentos, o que

⁹ O termo “agonística” vem do grego “agon” (ἄγών), que significa “luta”, “jogo”, “competição”, entre outros.

¹⁰ No período medieval, as disputas orais também eram bastante comuns. Eram conhecidas como *disputationes*.



ele chama de σοφιστικὸς τρόπος, que, em melhor tradução, significa “jeito sofisticado”. Essa questão envolve uma sutileza importante para a leitura e interpretação dos *Tópicos*. É possível observar, no capítulo ao qual pertence esse exemplo, que há uma diferença entre conduzir a discussão a um ponto para o qual temos mais argumentos e desviar a discussão ou fugir do assunto em questão. A primeira situação é permitida pelas regras de dialética, mas a segunda não é tolerada. Antes, porém, de prosseguirmos com a questão da fuga do assunto, precisamos fazer algumas observações sobre a falsidade nos debates.

Ao final da obra *Refutações Sofísticas*, também denominada *Argumentos Sofísticos*, que pode ser considerada tanto uma continuação quanto um apêndice dos *Tópicos*, o Estagirita declara ter sido o primeiro a elaborar um estudo sobre o raciocínio que fosse além do ensino rudimentar de retórica que havia na época e que consistia em decorar discursos e perguntas e respostas (ARISTÓTELES, *Argumentos Sofísticos* 34, 183b 17-184b 5). Ele afirma ter dedicado anos à pesquisa do assunto. Os *Tópicos* e os *Argumentos Sofísticos* contêm resultados de pesquisas e experimentações, e isso deve ser levado em consideração na leitura de muitas passagens, que deve ser feita de modo cuidadoso, como na seguinte, que fala em utilizar premissas e conclusões falsas para fins de treino e pesquisa, pois pesquisas são experimentos:

336

Além disso, como as discussões dessa espécie não têm em vista a instrução, mas sim o adestramento e a pesquisa, evidentemente se deve raciocinar não apenas para chegar a conclusões verdadeiras mas também a conclusões falsas, e nem sempre apoiando-se em premissas verdadeiras, mas algumas vezes também em premissas falsas (ARISTÓTELES, *Tópicos* VIII, 11 161a 25-28).

Uma leitura desatenta dessa passagem e da anterior, entre outras do tipo, pode causar a impressão de um Aristóteles que ensina a manipulação e a falsidade, quando a verdade é exatamente o contrário, ele se dedica a coibir a falsidade e o erro, e nisso entende estar se opondo aos sofistas.¹¹ Mas, para isso, os falsos raciocínios precisam ser pesquisados, experimentados, conhecidos. A redação dos *Argumentos Sofísticos* tem esse propósito, declarado, em resumo, assim:

Reduzindo a questão a um único ponto de contraste: ao homem que possui conhecimento de uma determinada matéria cabe evitar ele próprio os vícios de raciocínio nos assuntos que conhece e ao mesmo tempo ser capaz de desmascarar aquele que lança mão de argumentos capciosos; e, dessas capacidades, a primeira consiste em ser apto para dar uma razão do que se diz

¹¹ Opõe-se aos sofistas e erísticos. Os primeiros são os que ostentam uma sabedoria de aparência para ganhar dinheiro, e os segundos são os que discutem para vencer o debate a qualquer custo (ARISTÓTELES, *Argumentos Sofísticos* 11, 171b 20-30).



e a segunda em fazer com que o adversário apresente tal razão. Portanto, aos que desejam ser sofistas é indispensável o estudo da classe de argumentos a que nos referimos. Tal estudo bem merece o trabalho que tiverem com ele, pois uma faculdade desta espécie fará com que um homem pareça ser sábio, e esse é o fim que eles têm em vista (ARISTÓTELES, *Argumentos Sofísticos* 1, 164b 24-32).

A passagem que acabamos de citar reflete ironia e seu conteúdo é bastante óbvio e conhecido: Aristóteles critica e combate os sofistas, ou melhor, combate o falso conhecedor, ou o falso saber.¹² Mas nem todas as outras passagens são óbvias assim, há algumas bastante sutis nos *Tópicos* e *Argumentos Sofísticos*. Uma leitura da dialética que não considere as sutilezas dos objetivos de Aristóteles em cada parte do texto pode levar ao engano. Muito pior é, depois, levar tal engano para a investigação da utilidade da dialética nas ciências filosóficas.

Agora vamos voltar ao capítulo 5 de *Tópicos* II, cujo início já citamos, sobre a fuga do assunto. Como mencionamos, há uma tênue distinção entre conduzir a discussão para um ponto a respeito do qual temos mais argumentos, conforme a passagem citada anteriormente, e desviar a discussão para um ponto completamente fora do assunto em questão. Esse último caso, a fuga do assunto, é visto como desnecessário e estranho à arte dialética. Isso não é apenas um “jeito”, mas é algo fora das regras, como se vê:

O caso restante é quando o ponto a que a discussão passou a dirigir-se não é nem realmente, nem aparentemente necessário, e, por sorte do contendente, é refutado numa simples questão secundária. Deve-se ter cautela com o último dos métodos mencionados, pois parece estar completamente desvinculado da arte da dialética e ser totalmente estranho a ela. Por essa mesma razão, o contendente não deve (sic) perder a calma, mas dar seu assentimento a afirmações que nenhuma utilidade têm no ataque à tese, acrescentando uma indicação sempre que assente, embora não esteja concorde com o ponto de vista. Porquanto, em via de regra, a confusão dos que perguntam torna-se maior se, depois de lhes terem sido concedidas todas as proposições dessa espécie, não podem chegar a conclusão alguma (ARISTÓTELES, *Tópicos* II, 5 112a 8-18).

No trecho acima é possível ver, também, outro aspecto. As lições dos *Tópicos* contêm sugestões táticas, de psicologia, e é possível ver uma concentração delas no final do capítulo 1

¹² A peirástica, ou crítica, é uma modalidade de dialética que serve para desmascarar o falso conhecedor, apanhando-o em suas inconsistências, por meio da aplicação dos princípios comuns, que são os princípios de lógica, em especial o princípio da não contradição. Neste trecho, Aristóteles faz menção a ela, destacando que o dialético tem essa habilidade, enquanto o sofista não a possui: “Porque a arte da crítica (πειραστική) é um ramo da dialética (διαλεκτική) e se dirige não ao homem que conhece, mas ao ignorante que presume conhecer. É, pois, um dialético (διαλεκτικός) aquele que considera os princípios comuns (κοινὰ) em sua aplicação ao assunto particular em debate, enquanto o que só faz isso em aparência é um sofista (ὁ δὲ τοῦτο φαινομένως ποιῶν σοφιστικός)” (ARISTÓTELES, *Argumentos Sofísticos* 11, 171b 5).



do livro VIII. De modo geral, Aristóteles recomenda o participante a se comportar, no debate, demonstrando imparcialidade, não ser insistente, e colocar as premissas de modo a evitar pronta oposição, levando em consideração o temperamento do adversário. Na citação acima, Aristóteles recomenda não discordar do que é irrelevante para a tese em questão, dessa maneira, o oponente, fazendo muitas perguntas, se cansa e, por fim, fica confuso. Essa é a tática para se lidar com quem foge do assunto, pois fugir do assunto não é uma atitude de um dialético propriamente dito. Então, explicando um pouco mais a sutileza que apontamos, aquilo que ele chama de “jeito sofisticado” de conduzir o assunto para um ponto a respeito do qual temos mais argumentos é só um “jeito”, mas não está em desacordo com as regras. Em desacordo com as regras está o caso de fugir do assunto. A dissimulação no modo de apresentar as premissas, que já comparamos com o jogo de xadrez, faz parte do treinamento de Aristóteles e se insere bem no treinamento intelectual mencionado por Alexandre de Afrodísias. Pois quando o aluno passa a frequentar o real exercício filosófico ele se encontra preparado para lidar com sutilezas, nuances e longas cadeias de raciocínios que nem sempre são óbvias.

O Estagirita aparenta ter bastante controle sobre o que está ensinando, e a sua dialética contém uma forte carga de regulamentação. Mostraremos algo sobre isso agora começando com a seguinte citação:

338

O princípio de que aquele que impede ou estorva um empreendimento comum é um mau companheiro também se aplica, evidentemente, à argumentação; pois também nesta se tem em vista um objetivo comum, salvo quando se trata de simples contendentes. Estes, com efeito, não podem alcançar juntos a mesma meta, e não é possível que haja mais de um vencedor. Para eles, é indiferente conquistar a vitória como respondente ou inquiridor, pois é tão mau dialético aquele que faz perguntas contenciosas, como aquele que, ao responder, se nega a admitir o que é evidente ou a compreender o significado do que o outro pergunta (ARISTÓTELES, *Tópicos* VIII, 11 161a 35-161b 5).

A passagem acima caracteriza bem que Aristóteles tem em mente uma “boa dialética”, comparada à “mera contenda”, e a boa dialética é a técnica recomendada para seus alunos e o objetivo comum aos debatedores é desempenhar essa boa técnica. No entanto, há vários momentos, nos *Tópicos*, nos quais ele abre concessões para simulações de debates competitivos, onde se faz o possível para ganhar.¹³ É importante perceber isto: ele aceita as

¹³ Isso está bem claro na segunda frase da seguinte passagem. Ele admite ser justo tentar ‘todos os meios’ contra um adversário que apela para qualquer coisa a fim de ganhar a discussão, mas deixa claro que isso é contra as boas normas e desaconselha discutir com esse tipo de pessoa: “Não se deve argumentar com todo mundo, nem praticar argumentação com o homem da rua, pois há gente com quem toda discussão tem por força que degenerar. Com efeito, contra um homem que não recua diante de meio algum para aparentar que não foi derrotado, é justo tentar todos os meios de levar a bom fim



necessidades que surgem nos debates competitivos, eles são uma realidade da sociedade da época.¹⁴ É para esses detalhes que nós sugerimos atenção e cuidado ao formar uma impressão geral sobre a dialética aristotélica.

Um bom debatedor, para Aristóteles, é aquele que exhibe boa técnica mesmo quando está “perdendo” uma disputa. Desse modo ele mostra que as conclusões desfavoráveis são os resultados das premissas adotadas e não de uma falta de habilidade de sua parte. O debatedor também é responsável por resolver a obscuridade e ambiguidade dos termos.¹⁵ Ele deve mostrar que está ciente quando a premissa que ele concede é fraca ou irrelevante para o argumento, ou que ela conduz, de forma rápida demais, a discussão ao fim. Além disso, recusar-se a respeitar as regras lógicas na formulação e reconhecimento de induções e deduções, bem como não tentar demonstrar a falsidade de um argumento apresentado, são atitudes vistas como indícios de má-fé (ARISTÓTELES, *Tópicos* VIII, 6-8 160a 1-160b 14). Por exemplo, os dois trechos seguintes são bastante ilustrativos a respeito do uso das regras de indução. O primeiro explica que quem formula a indução deve ter clareza a respeito dos casos particulares a partir dos quais se constrói a proposição universal, que é o procedimento indutivo, antes de exigir o assentimento do oponente. O segundo mostra que não reconhecer uma premissa universal fundada em muitos casos particulares, sem oferecer um exemplo contrário que a refute, é considerado um ato de má-fé:

Quando se fez uma indução fundada em vários casos e, apesar disso, o adversário se recusa a conceder a proposição universal, é lícito exigir que ele

a conclusão que nos propomos; mas isso é contrário às boas normas. Por isso, a melhor regra é não se pôr levemente a argumentar com o primeiro que se encontra, pois daí resultará seguramente uma má argumentação” (ARISTÓTELES, *Tópicos*, VIII, 14 164b 5-15).

¹⁴Ao final do segundo capítulo dos *Argumentos Sofísticos* Aristóteles anuncia que vai passar a tratar dos argumentos agonísticos e erísticos, ou seja, os que são utilizados em competições e que são argumentos apenas de aparência, ou que partem de premissas de aceitação aparente. Isso mostra que ele reconhece a realidade das competições, mas observe, na seguinte passagem, que ele não mistura os argumentos do debate competitivo com os que ele classifica como dialéticos e peirásticos, e ainda separa uma terceira classe, as dos argumentos demonstrativos que ele discute nos *Analíticos Primeiros* e *Segundos*: “O assunto dos argumentos demonstrativos foi discutido nas *Analíticas*, enquanto o dos argumentos dialéticos e críticos foi tratado noutra parte, agora passaremos a falar dos argumentos que se usam nas competições e debates (ἀγωνιστικῶν καὶ ἐριστικῶν)” (ARISTÓTELES, *Argumentos Sofísticos*, 2 165b 8-12).

¹⁵Nos *Argumentos Sofísticos* o Estagirita discorre sobre as falácias baseadas na linguagem, que o dialético deve evitar. Veja uma advertência a respeito da ambiguidade no uso do termo “pertencer”. Este exemplo também mostra que as perguntas eram respondidas em “sim” e “não”: “É propriedade dos atenienses tudo que pertence aos atenienses?” Sim. “E do mesmo modo em outros casos. Mas nota bem: o homem pertence ao reino animal, não é verdade?” Sim. “Logo, o homem é propriedade do reino animal”. Mas isto é um sofisma, pois dizemos que o homem “pertence” ao reino animal pelo fato de ser um animal, da mesma forma que dizemos que Lisandro “pertence” aos espartanos, por ser espartano. É evidente, pois, que quando a premissa proposta não é clara não se deve concedê-la simplesmente (ARISTÓTELES, *Argumentos Sofísticos* 17, 176b 1-8).



formule a sua objeção. Mas enquanto não tivermos nós mesmos determinado em que casos é assim, não é oportuno querer forçá-lo a apontar em que casos não é assim: pois primeiro se deve fazer a indução e depois solicitar a objeção. Deve-se além disso, exigir que as objeções não sejam feitas em relação ao sujeito atual da proposição, a menos que esse sujeito seja a única coisa de sua espécie, como por exemplo, dois é o único número primo entre os números pares; pois a menos que se possa dizer que esse sujeito é o único de sua espécie, o objetante deve formular suas objeções com respeito a algum outro sujeito (ARISTÓTELES, *Tópicos* VIII, 2 157a 33-39).

[...] pois fazer parar um argumento sem ter à mão um caso ou exemplo negativo, seja ele real ou aparente, é indício de má-fé. Se, portanto, um homem se recusa a conceder o universal quando apoiado em muitos exemplos, embora ele não tenha nenhum exemplo negativo para mostrar, evidentemente esse homem mostra possuir mau gênio ou mau caráter (ARISTÓTELES, *Tópicos* VIII, 8 160b 2-5).

Até então mostramos alguns exemplos de que o treinamento dialético descrito nos *Tópicos* abrange regras de raciocínio e conduta. É interessante destacar que a aplicação dessas regras em um debate oral é um forte exercício, pois o debate oral exige raciocínio rápido e resposta imediata. Para isso, os debatedores memorizavam uma série de esquemas argumentativos e táticos: os tópicos. Explicaremos os tópicos na seção seguinte. Para concluir esta seção, vamos mostrar algo sobre os conteúdos de filosofia que Aristóteles introduzia no treinamento dialético. O próximo exemplo mostra uma combinação de tática de debate, exercícios de raciocínio dedutivo e um esquema de classificação de gêneros e espécies:

Além disso, quem tenha feito uma afirmação qualquer fez, em certo sentido, várias afirmações, dado que cada afirmação tem um número de consequências necessárias: por exemplo, quem disse “X é um homem” também disse que ele é um animal, que é um ser animado e um bípede, e que é capaz de adquirir razão e conhecimento, de forma que, pela demolição de uma só dessas consequências, seja ela qual for, a afirmação original é igualmente demolida. Mas aqui também é preciso acautelar-se para não passar a um argumento mais difícil: pois às vezes é a consequência e outras vezes a tese original a mais fácil de refutar. (ARISTÓTELES, *Tópicos* II, 5 112a 18-23).

A classificação dos seres pertence ao estudo de filosofia, observe que o exemplo contém a definição aristotélica de homem: um animal dotado de razão, dada pelo gênero “animal” mais a diferença específica “racional”. Para utilizar esse exemplo o aluno precisa conhecer as ordens de predicação, os predicáveis, que explicaremos na seção seguinte. Essas classificações precisam ser rapidamente identificadas nos exercícios de debate oral, a fim de se deduzir o que se segue de cada uma delas, antes de se aceitar ou negar uma afirmação. Havendo possibilidade de se negar uma das afirmações, toda a cadeia dedutiva é demolida, ou



destruída. No exemplo acima, mostrar que o objeto da discussão não é animado anula a possibilidade de ele ser homem e, conseqüentemente, de ser racional. A sugestão tática do final da passagem é que o debatedor evite escolher uma premissa do meio ou do fim de uma cadeia de silogismos que seja mais difícil de negar do que a própria afirmação inicial que se tem em vista destruir.

É importante destacar que, nesses exercícios pedagógicos dos *Tópicos*, Aristóteles introduz os assuntos de filosofia, porém, não dá aulas de filosofia. A ênfase está no raciocínio, e a abordagem do conteúdo vai até o limite de tornar o aluno familiarizado com esse conteúdo, pois os temas geralmente são apresentados dentro de esquemas argumentativos (os tópicos) que funcionam para quem quer defender ou atacar uma determinada tese, ou seja, que levam a conclusões que podem ser tanto favoráveis quanto desfavoráveis às teses utilizadas. Por isso, às vezes, os exemplos são contrários, e esse é mais um motivo para não tentar tirar dali a filosofia de Aristóteles. As teses escolhidas para os debates são suposições dos filósofos que geram controvérsia na opinião geral. As discussões entre alunos têm o *status* de opinião geral, ou seja, eles não estão fazendo filosofia ou ciência. Pois as proposições dialéticas que serão formuladas nas discussões têm base em opiniões geralmente aceitas (ἔνδοξα). Mas costumam ser opiniões sobre os mesmos temas investigados pelos filósofos, pois as teses normalmente são formuladas pelos filósofos (ARISTÓTELES, *Tópicos* I, 10-11). Isso corresponde ao que hoje chamamos de ter opinião sobre o que dizem os cientistas, o que é bem diferente de fazer ciência. Vamos ver um tópico sobre o que se predica dos gêneros, o qual contém um exemplo sobre a alma:

[...] se se afirma que uma expressão qualquer é de algum modo derivada do gênero (por exemplo, que a alma está em movimento), procure-se ver se a alma pode ser movida com alguma das espécies de movimento – se, por exemplo, ela pode crescer, ser destruída ou gerar-se, e do mesmo modo com respeito a todas as demais espécies de movimento. Porque, se a alma não se move de nenhuma dessas maneiras, evidentemente não se move em absoluto. Este tópico serve para ambos os propósitos, tanto para desbaratar como para estabelecer uma opinião: pois, se a alma se move com alguma das espécies de movimento, é evidente que se move; e, se não se move com nenhuma das espécies de movimentos, é evidente que não se move (ARISTÓTELES, *Tópicos* II, 4 111b 3-12).

No tópico citado acima, mostrar uma espécie de movimento é suficiente para estabelecer que há movimento na alma e, pelo contrário, mostrar que nenhuma espécie de movimento há na alma estabelece que não há movimento nela em absoluto. Isso não representa uma lição aristotélica sobre a relação entre a alma e o movimento, como



é tratado no estudo filosófico da mesma, mas um pequeno exercício sobre o que se segue ou não se segue de premissas sobre a alma e os tipos de movimento. O estudo filosófico sobre a questão em si mesma acontece no *De Anima*, para o qual essa capacidade de raciocínio e a familiaridade com algumas noções sobre o assunto serão úteis. A passagem acima é um exemplo do que se encontra nos livros II a VII dos *Tópicos*: os tópicos, ou sugestões úteis para raciocinar com base em opiniões sobre os mais diversos assuntos da filosofia aristotélica.

Os temas filosóficos dos *Tópicos* servem de objeto para os esquemas de raciocínio, mas em muitos casos também refletem o raciocínio que o Estagirita emprega em sua filosofia. Nesse aspecto, os *Tópicos* podem ser um complemento ao estudo das obras filosóficas.¹⁶ A passagem a seguir ilustra o que ele afirma sobre o conhecimento científico em *Ética a Nicômaco*: que não sabemos se as coisas que podem ser de outro modo existem ou não existem quando elas estão fora do nosso campo de visão. Assim, para um objeto pertencer ao campo do conhecimento científico, ele precisa ser necessário, deve existir sempre do mesmo modo. Ou seja, devem existir mesmo quando não podemos vê-los (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco* VI, 3 1139b 18-25). Esse raciocínio está construído, nos *Tópicos*, no seguinte exemplo, que mostra que é incorreto expressar uma propriedade de um objeto com base apenas na percepção sensorial (αἰσθησις):

A seguir, para o fim de rebater um ponto de vista, veja-se se o adversário expressou uma propriedade de tal índole que sua adequação ao sujeito não seja evidente a não ser pela sensação, visto que em tal caso a propriedade não foi corretamente formulada. Pois a verdade é que todo atributo sensível, uma vez retirado da esfera da sensação, torna-se incerto e não é claro que ele continue a pertencer ao seu sujeito, pelo fato de ser evidenciado unicamente pela sensação. Este princípio será verdadeiro no caso de todo atributo que não acompanhe sempre e necessariamente o seu sujeito. Assim, por exemplo, quem declara que é uma propriedade do Sol o ser “a mais brilhante estrela que se move acima da Terra” usa, ao descrever a propriedade, uma expressão desse tipo, a saber: “mover-se acima da Terra”, a qual é evidenciada pela sensação. Por isso mesmo a propriedade não pode ter sido corretamente formulada, pois será incerto, depois que o Sol se põe, se ele continua a mover-se acima da Terra, uma vez que durante esse período nos falta a sensação (ARISTÓTELES, *Tópicos* V, 3 131b 19-32).

Agora vamos mostrar alguns instrumentos principais da dialética que são apresentados nos *Tópicos*, mas continuaremos com as ilustrações dos raciocínios com base em temas de filosofia.

¹⁶ Porém não o inverso, como alertamos anteriormente, pois há uma flexibilidade nos exemplos dos *Tópicos*, para mostrar os raciocínios.



3 OS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DOS TÓPICOS

No encerramento do livro I dos *Tópicos* Aristóteles declara ter apresentado, até ali, os instrumentos (ὄργανα) pelos quais se efetuam os raciocínios e que têm utilidade para os tópicos, que são introduzidos a partir do livro II. Esses instrumentos são noções necessárias à formação das proposições dialéticas utilizadas no debate, entre as quais se destacam as regras para o controle do significado dos termos e as ordens de predicação, que são os predicáveis. Mas os tópicos também são instrumentos utilizados nos debates, tanto que dão o nome à obra. Começaremos a explicação com os tópicos.

Aristóteles apresenta os tópicos (τόποι) nos livros II a VII dos *Tópicos*, após os instrumentos básicos do livro I. O livro VIII, que finaliza o tratado, trata do método do debate, do qual nós apresentamos alguns elementos na primeira seção deste artigo. A palavra “tópico” é a tradução do grego τόπος, que significa “lugar”. Nas páginas anteriores nós citamos algumas passagens indicando se tratarem de tópicos e, como é possível ver, o que existe de comum em todas elas é a ideia de uma sugestão a ser aplicada nos debates, nos exercícios, e, como acontece na retórica, nos discursos.

343

Grande parte dos tópicos são formas argumentativas, ou estruturas de raciocínio. Na retórica,¹⁷ os discursos são organizados conforme sua finalidade, assim, existem tópicos apropriados a alguns assuntos. No entanto, há alguns que são aplicáveis, ou comuns, a todas as áreas. Um tópico que serve como molde para construir argumentos em todos os assuntos é chamado de “tópico comum”, ou “lugar comum”, em latim, o *locus communis*, tradução do grego κοινός τόπος. Por exemplo, o lugar comum mais conhecido na retórica é o lugar, ou tópico, “do mais e do menos”, que é: quem pode o mais pode o menos (ARISTÓTELES, *Retórica* II, 23 1397b 10-15). Ele serve para construir argumentos em qualquer assunto.¹⁸ Os tópicos dos *Tópicos* são utilizados entre os dialéticos, enquanto que os tópicos retóricos servem para construir argumentos destinados a persuadir o público. Esse é o motivo principal de suas diferenças, pois ambos são, geralmente, fôrmas para construir argumentos.¹⁹

¹⁷ A retórica é definida, por Aristóteles, como um ramo da dialética que tem a finalidade de persuadir (ARISTÓTELES, *Retórica* I, 1 1354a 1; II 1355b 26).

¹⁸ Por exemplo, quem é capaz de correr 10 km, é capaz de caminhar 5 km. E assim em *n* casos.

¹⁹ Para enfatizar a natureza formal do tópico, trazemos, aqui, um tópico dos *Tópicos* que é uma sugestão de examinar uma forma dedutiva de “uma coisa em questão”, em abstrato: “Examine-se, além disso, com respeito à coisa em questão, o que é aquilo cuja realidade condiciona a realidade da mesma, ou cuja realidade se segue necessariamente da coisa em questão: se se deseja estabelecer um ponto de vista ou opinião, é preciso investigar que coisa existe de cuja realidade se seguirá a realidade da coisa em questão (porque, se demonstrarmos que a primeira é real, também teremos demonstrado que a coisa em questão é real)” (ARISTÓTELES, *Tópicos* II, 4, 111b 18-22).



Ressaltamos, porém, que a ideia de fôrma para construir argumentos reflete o que os tópicos são em sua grande parte, mas não corresponde à sua definição, pois, como mostramos em alguns exemplos, essas sugestões a serem levadas, de memória, aos debates, incluem recomendações táticas, como manter a calma e dar assentimento a afirmações irrelevantes para a tese em questão, ter cuidado para não passar para argumentos mais difíceis, entre outras desse tipo. Até mesmo a *Retórica* contém tópicos que são sugestões táticas e não argumentativas, por exemplo: voltar, contra o oponente, a acusação que ele fez contra nós (ARISTÓTELES, *Retórica* II, 23 1398a 5).

Os tópicos eram sabidos de memória porque serviam para improvisar argumentos nas práticas orais, que eram os debates e os discursos. Christof Rapp, entre outros especialistas, acredita que é provável que o termo “lugar” (τόπος) venha de um antigo método de memorização, que consistia em memorizar uma lista de itens associando-os a imagens de lugares em sucessão, como casas enfileiradas ao longo de uma rua. Cada ideia estava associada a uma casa, o que facilitava sua lembrança. O autor diz ter encontrado descrições dessa técnica em Cícero e Quintiliano, além de menções feitas pelo próprio Aristóteles, nas obras *Tópicos*, *De anima*, *Da memória e reminiscência* e *Dos sonhos* (RAPP, 2002).

De fato, há, nos *Tópicos*, uma alusão a essa técnica de memorização. É a seguinte passagem:

Pois, assim como numa pessoa de memória adestrada a lembrança das próprias coisas é imediatamente despertada pela simples menção dos seus lugares (τόποι), também esses hábitos dão maior presteza para o raciocínio, porque temos as premissas classificadas diante dos olhos da mente, cada uma debaixo do seu número (ARISTÓTELES, *Tópicos* VIII, 14 163b 30-35).

Cícero (106 - 43 a. C.), em *Do Orador*, atribui ao poeta grego Simônides de Ceos (Κεῖος) (556 - 468 a. C.) a invenção da arte da memorização. Ele faz um relato que parece ser uma lenda, de como Simônides concluiu que o melhor meio para se ter uma memória clara é lembrar os lugares (*loci*) das coisas, o que envolve visualizar imagens associadas a lugares, em uma ordem. Cícero compara os fatos associados aos lugares a letras gravadas em uma tábua de cera (CÍCERO, *De oratore* 2, 86 - 352-354).

A maioria dos tópicos dos *Tópicos* são construídos em função dos predicáveis.²⁰ As proposições são predicções, elas dizem algo de algum sujeito. Nos *Tópicos*,

²⁰Em *Tópicos* I, 9, Aristóteles distingue os quatro predicáveis, ou ordens de predicação, das dez categorias, ou classes de predicados, que são classes das coisas que existem e das palavras que



Aristóteles diz que tudo que é dito, ou predicado, de um sujeito pode ser classificado em uma dessas quatro ordens, ou categorias de predicação, que são: a definição (ὅρος ou ὁρισμός), o próprio (ἴδιον), o acidente (συμβεβηκός) e o gênero (γένος). O gênero é acompanhado pela noção de diferença (διαφορά) específica, utilizada para construir a definição.

Passamos, então, a dizer o que é cada um dos predicáveis e dar um exemplo de um tópico que aplique cada uma dessas noções. Definição é uma frase que significa a essência de alguma coisa, essência no sentido do que “algo é”. Todos os outros predicáveis acabam servido à definição, pois o gênero é predicado na categoria de essência de várias coisas que se classificam em diferentes espécies. Colocando-se um objeto em um gênero e acrescentando-se uma diferença específica, temos uma definição. Por exemplo, o homem pertence ao gênero animal, mas sua espécie se diferencia dos outros animais por ter a faculdade da razão. Assim temos a definição: homem é um animal racional. Próprio, ou propriedade, é o que se predica exclusivamente de um sujeito, mas não como algo essencial, não faz parte de sua definição. Por exemplo, rir é próprio do homem, os outros animais não riem. Mas o homem não é definido como um animal que ri, pois rir não faz parte de sua essência. A propriedade apenas acompanha a essência, ou seja, existe concomitantemente à essência, pois o homem pode ser homem mesmo sem rir. Por outro lado, se não for racional, não pode ser homem. O acidente também acompanha a essência e é aquilo que se predica de um sujeito mas não é nenhum dos outros três predicáveis. Uma característica acidental pode pertencer a um sujeito apenas temporariamente, por exemplo, se uma pessoa está sentada, a posição estar sentada é acidental, não faz parte de sua essência e nem das suas propriedades exclusivas (ARISTÓTELES, *Tópicos* I, 4-5).

É importante lembrar que conhecimento na época de Aristóteles se embasava nas definições e classificações. Os objetos de conhecimento se organizavam em uma ontologia que compreendia gêneros e espécies, e o conhecimento retratava as relações de pertencimento dos objetos a essas classes. Por isso, a classificação era fundamental para saber o que cada coisa é e quais são suas propriedades. Isso explica a predominância do predicáveis na organização dos tópicos dos *Tópicos*, uma vez que tinha o treinamento acadêmico como uma das finalidades.²¹

Há uma quantidade muito grande de tópicos nos livros II a VII dos *Tópicos*. Cada recomendação de Aristóteles é um tópico para o aluno memorizar. Em geral, um tópico ocupa um parágrafo de texto, com uma fórmula geral seguida de uma explicação com um ou dois

correspondem a essas classes. Ele emprega o conhecimento das dez categorias nos *Tópicos*, mas não discorre, ali, sobre elas, pois elas são explicadas na obra intitulada *Categorias*, que também é um dos tratados do *Organon*.

²¹ Segundo Kneale e Kneale: “Os *Tópicos* são o produto da reflexão sobre o método dialético tal como era aplicado a problemas de definição e de classificação” (KNEALE e KNEALE, 1991, p. 35).



exemplos. O primeiro tópico aparece no início do livro II, capítulo 2, e refere-se ao predicável acidente. Serve para o debatedor avaliar se o seu oponente está cometendo um erro ao atribuir a um objeto uma característica como accidental, quando, de fato, ela não é accidental:

Ora bem: uma regra ou tópico é examinar se um homem atribuiu como acidente o que pertence ao sujeito de alguma outra maneira. Esse erro se comete mais comumente do que se refere aos gêneros das coisas, como, por exemplo, se alguém dissesse que branco é, acidentalmente, uma cor, pois ser uma cor não é um acidente do branco, mas sim o seu gênero (ARISTÓTELES, *Tópicos* II, 2 109a 34).

O seguinte exemplo é sobre o gênero, e o tópico se destina a verificar a correção do enquadramento da espécie no gênero:

Veja-se igualmente, se a espécie participa de algum caráter que nenhum integrante do gênero possa absolutamente possuir. Assim, por exemplo, se a alma participa da vida, e não é possível que nenhum número viva, a alma não poderá ser uma espécie de número (ARISTÓTELES, *Tópicos* IV, 3 123a 23).²²

346

O seguinte exemplo é sobre o próprio, ou propriedade. Para fins de tentar “destruir” a formulação apresentada pelo oponente, Aristóteles recomenda verificar se o sujeito da proposição tem mais de um sentido. Havendo mais de um sentido e não tendo sido feita a distinção, a propriedade não pode ser aceita. Advertências desse tipo, sobre a clareza no uso das palavras, são muito frequentes no decorrer do tratado, pois o controle do significado dos termos faz parte dos instrumentos da dialética.

A seguir, como propósitos destrutivos, veja-se se o sujeito a que o adversário atribui a propriedade se usa em mais de um sentido e não se fez nenhuma distinção com respeito a qual desses sentidos se atribui a propriedade: pois nesse caso a propriedade não terá sido corretamente formulada (ARISTÓTELES, *Tópicos* V, 2 130a 15-18).

Nosso último exemplo é de um tópico para verificar se uma definição foi bem formulada quando há várias relações possíveis dos predicados com o termo a ser definido. No exemplo, a definição correta para “sabedoria” é “faculdade da razão”, pois ela pertence primeiramente à

²² Apesar de não haver nenhuma menção a isso nessa passagem dos *Tópicos*, percebe-se que esse raciocínio funciona para refutar a teoria de Pitágoras, de que o princípio de todas as coisas são os números. Colocamos esse exemplo também para dizer que é possível encontrar, nos *Tópicos*, vários raciocínios que servem para refutar as teorias de outros filósofos, apesar de Aristóteles não deixar isso expresso.



razão, para depois pertencer ao homem. Aqui podemos perceber como os esquemas de classificação, de pertencimento às classes e aos gêneros, eram importantes para o conhecimento:

Ou então deve-se ver, sempre que um termo é usado numa variedade de relações, se ele deixou de expressá-lo na sua relação primária: por exemplo, definindo a ‘sabedoria’ como a virtude do ‘homem’ ou da ‘alma’ ao invés da ‘faculdade racional’, já que a sabedoria é primeiramente a virtude da faculdade racional, pois é devido a ela que se diz tanto do homem como da alma que são sábios (ARISTÓTELES, *Tópicos* VI, 6 145a 28-32).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades que temos de interpretar textos antigos têm a ver com o nosso desconhecimento sobre seus contextos, devido à distância temporal. Nem sempre temos acesso à obra integral desses autores, costumamos trabalhar com textos remanescentes. Por isso, os estudos propedêuticos são úteis, já que condensam um longo trabalho de pesquisa.

Nosso primeiro contato com os *Tópicos* de Aristóteles, há mais de uma década, nos causou grande estranhamento. É uma satisfação, enfim, poder escrever um breve guia que possibilite um primeiro contato mais “amigável” com essa interessante obra. As noções básicas e ilustrações que apresentamos servem para situar o leitor nos assuntos dos *Tópicos* e alertar sobre o risco de interpretações rápidas. É um trabalho útil, porém, modesto. Longe de ser uma interpretação completa ou um resumo dessa obra, acreditamos que este artigo possa facilitar sua leitura e despertar o interesse por seu estudo aprofundado.



REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE DE AFRODÍSIAS. *On Aristotle's "Topics I"*. Trad. Johannes M. Van. Ophuijsen. New York: Cornell University Press, 2001.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de L. Vallandro e G. Bornheim, da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- ARISTÓTELES. *Obras Completas. Retórica*. Tradução e notas de Manuel A. Júnior, Paulo F. Alberto e Abel do Nascimento Pena. Coordenação do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.
- ARISTÓTELES. *Tópicos. Dos argumentos sofísticos*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. A. Pickard. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores, 4).
- BERTI, Enrico. *As razões de Aristóteles*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- CÍCERO. *De oratore I, II*. Tradução de E. W. Sutton. Loeb Classical Library. London: Heinemann, 1967.
- KNEALE, William; KNEALE, Martha. *O desenvolvimento da lógica*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- LAËRTIOS, Diôgenes. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.
- MENDONÇA, Fernando Martins. *Os Tópicos e a competência dialética: lógica e linguagem na codificação do debate dialético*. Tese (doutorado) – Unicamp. Campinas, 2015.
- MOMBELLO, Eduardo. H. “La peirástica socrática de Aristóteles.” *Archai*, n. 14, jan./jun. 2014, p. 109-136. Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/la_peirastica_socratica_de_aristoteles>. Acesso em 04 jun. 2019.
- PEREIRA, Oswaldo Porchat. *Ciência e dialética em Aristóteles*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- RAPP, Christof. “Aristotle's Rhetoric”. In: ZALTA, Edward N. (Ed.). *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford, CA: Stanford University, c2002. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/aristotle-rhetoric/>>. Acesso em: 15 ago. 2006.
- ROSS, Sir David. *Aristóteles*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.
- SMITH, Robin. *Aristotle topics*. Clarendon Aristotle series. Nova York: Oxford University Press, 1997.
- ZINGANO, Marco. “Aristotle and the Problems of Method in Ethics”. *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, v. 32, p. 297-330, 2007. Disponível em: <<http://ancphil.lsa.umich.edu/-/downloads/osap/32-Zingano.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- SZYNWELSKI, Cristiane. *Dialética em Aristóteles e Direito*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade de Brasília: Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31983/1/2017_CristianeSzynwelski.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- SZYNWELSKI, Cristiane. *Os Tópicos em Aristóteles: definição e conceitos preliminares*. Monografia (Especialização em Filosofia). Departamento de Filosofia, Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

